

Nota Informativa

Edição 170/2023

DESTAQUES

Para Braga, inclusão da internet na alíquota reduzida é hipótese descartada

Centro de Estudos da Câmara discute impacto da inteligência artificial no mercado de trabalho

Comissão de Orçamento aprova relatório preliminar da LDO para 2024

Debatedores e parlamentares pedem mudanças nas regras sobre importações pela internet

Sem novos conselheiros, Cade suspende sessões

Comissão aprova projeto que obriga órgãos públicos a oferecer tecnologia assistiva para pessoas com deficiência

STF faz chamamento público para projetos de inteligência artificial que automatizem resumos de processos

Empresas e trabalhadores pedem a Lula sanção da desoneração da folha

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Ceweb.br lança plataforma que reúne casos de uso de dados abertos

Agência de telecomunicações reafirma seu compromisso com um setor sustentável

Anatel e TSE se reúnem para tratar do combate à desinformação

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve preservar incentivos regionais

Lula fala em 'crise de arrecadação' e diz esperar aprovação da reforma tributária

Espinha dorsal da reforma tributária está mantida, afirma Alckmin

Haddad aposta em aprovação da reforma e reforça 'neutralidade da carga tributária'

Relator no Senado acatou 255 das 802 emendas ao texto da reforma tributária

Lira diz que faz 'todo o esforço' para Haddad cumprir déficit zero, e Reforma Tributária será promulgada em 2023

Empresários afirmam que reforma tributária ameaça o futuro do setor de tecnologia

Reforma Tributária: TI quer emenda igual a telecom para sonhar com regime especial

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Presidente da ANPD pede concurso para agência; divisão de fiscalização tem apenas 5 funcionários

TCU determina ajustes no portal nacional de compras públicas

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Haddad: Nós vamos aprovar neste ano a MP das Subvenções

Divisão no governo gera ruídos sobre meta fiscal, mas déficit zero ainda pode cair de 2 formas

Líderes da Câmara devem se reunir na quarta com Haddad para discutir medida arrecadatória

Comissão aprova projeto que regulamenta retirada de empresa do Simples Nacional

Haddad defende transparência e combate ao desperdício tributário como chave para desenvolvimento inclusivo

ENERGIA E PETRÓLEO

Lira defende projeto que cria fundo de R\$ 400 bilhões para financiar transição energética

Lira lança 'PAC' verde com fundo para financiar transição energética sem subsídios

ORÇAMENTO

Relator da LDO quer inflar recursos para parlamentares e mudar fonte de fundo eleitoral

Deputado do PT apresentará emendas para propor déficit de até 1% na LDO

Governo decidirá sobre meta fiscal até dia 16, diz relator da LDO

POLÍTICA

Bolsonaro se posiciona contra reforma tributária, mas PL não fecha questão

Reunião entre deputados e Haddad sobre MP das subvenções termina sem acordo

“Quem paga a conta é sempre o consumidor”, diz CNI sobre tributária

Placar na CCJ nos deixa confiantes para plenário, diz Braga

Reforma tributária: Braga diz que está à disposição de Lira e que ‘fatiamento’ depende de consenso

Líder do governo fala em terminar votação da tributária no Senado na quarta

Câmara aprova urgência para projetos sobre incentivo fiscal ao Nordeste e regularização de tributos

Reforma Tributária: 'Aprovamos a proposta possível', afirma Eduardo Braga

RELAÇÕES EXTERIORES

BIF 2023: abertura do maior fórum de investimentos da América Latina destaca cenário oportuno para que estrangeiros invistam no Brasil

Temos que intensificar a integração sul-americana, diz Haddad

DESTAQUES

Para Braga, inclusão da internet na alíquota reduzida é hipótese descartada

Poder Legislativo | 07/11/2023

Para o relator da reforma tributária no Senado Federal (PEC 45/2019), Eduardo Braga (MDB-AM), a emenda que prevê incluir telecomunicações na alíquota reduzida em 60%, já rejeitada por ele, não deve mais ser acatada nas próximas etapas de votação. Ao Tele.Síntese, o senador justificou o entendimento. “Ela [telecomunicações] não entrou porque ela é, basicamente, em cima de um bem intermediário. Ela tem crédito, porque é, em boa parte, sob empresas. Portanto, não há cumulatividade”, afirmou Braga, em contraste com as incertezas que o setor relata. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Centro de Estudos da Câmara discute impacto da inteligência artificial no mercado de trabalho

Poder Legislativo | 08/11/2023 – 11h16min

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados (Cedes) reúne-se na quinta-feira (9) para discutir as influências da inteligência artificial no mundo do trabalho. A reunião será realizada às 10 horas, no plenário 4. O debate será promovido para embasar o estudo sobre inteligência artificial, automação do trabalho e empregabilidade, relatado pelo Helio Lopes (PL-RJ). O Centro de Estudos e Debates Estratégicos é um órgão técnico-consultivo da Câmara dos Deputados dedicado a análise e discussão de temas de caráter inovador ou com potencial de transformar as realidades econômica, política e social do Brasil. Desde sua instalação, em 2003, já foram publicados 27 estudos, muitos dos quais

já transformados em lei ou incorporados pelos governantes. O colegiado é composto por 23 parlamentares e presidido pelo deputado Da Vitoria (PP-ES). Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão de Orçamento aprova relatório preliminar da LDO para 2024

Poder Legislativo | 07/11/2023 – 21h22min

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou na terça-feira (7) o relatório preliminar do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o Orçamento federal de 2024 (PLN 4/23). O relator, deputado Danilo Forte (União-CE), defendeu a criação de emendas de bancada partidária ao Orçamento anual para substituir as antigas emendas de relator. A LDO oferece as diretrizes para a elaboração do Orçamento anual. O relatório preliminar votado agora apenas especifica as regras para a apresentação de emendas ao projeto. A criação das emendas de bancada partidária, que o deputado chamou de RP-5, poderia vir no relatório final da LDO. —Nós não estamos criando novas RP-9 [referiu-se às emendas classificadas pela imprensa como orçamento secreto]. Essas emendas partidárias de bancada vão ter origem, destino e acompanhamento. Então, não vai ser nada camuflado do ponto de vista dos seus encaminhamentos. A RP-5 é uma rubrica clara com relação a essa questão e vai ter toda a tramitação com os parâmetros que um orçamento público exige—, garantiu Forte. O deputado disse que os recursos para essas emendas deverão ser proporcionais ao tamanho das bancadas no Senado e na Câmara. Em 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais as emendas de relator negociadas com as bancadas partidárias e a solução foi remanejar os recursos já aprovados entre as demais emendas: as individuais, as de bancadas estaduais e as de comissões. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Debatedores e parlamentares pedem mudanças nas regras sobre importações pela internet

Poder Legislativo | 08/11/2023 – 14h28min

Debatedores e parlamentares analisaram na Câmara dos Deputados mudanças nas regras sobre as compras por pessoas físicas no exterior. Hoje, as operações pela internet de até 50 dólares (R\$ 245) não pagam o Imposto de Importação. O diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Henrique Lian, e alguns parlamentares pediram isenção superior aos atuais 50 dólares. Em países ricos, a média é 200, argumentaram. Para Lian, a regra atual no Brasil não envolve a arrecadação tributária, mas o protecionismo local. “Setores que há décadas não investem em inovação estão, entre aspas, preocupados com a entrada de novos modelos de negócios”, disse. “Durante a pandemia, 13 milhões de brasileiros usaram o e-commerce pela primeira vez, e descobriram mercados piores que o brasileiro, mas descobriram também mercados melhores que o brasileiro”, avaliou o diretor da Proteste. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Sem novos conselheiros, Cade suspende sessões

Poder Executivo | 08/11/2023 – 11h52min

À espera de novos integrantes, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) cancelou as três sessões que realizaria até o fim do ano – uma delas prevista para esta quarta-feira. Os cancelamentos foram publicados na quarta-feira no Diário Oficial. Desde sexta-feira passada, o órgão ficou sem quórum para julgamentos, com apenas três conselheiros. Existem quatro vagas abertas. As indicações devem ser feitas pelo presidente

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e passar por sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, se aprovados, pelo Plenário. As empresas continuam obrigadas a informar ao Cade de operações realizadas, porém, os casos ficam sem prazo de conclusão. A Superintendência Geral do órgão conseguiu encerrar a análise de 79 atos de concentração até 16 de outubro. Essa era a data-limite para analisar e publicar parecer sobre os casos que já haviam chegado dentro do prazo de 15 dias estabelecido no regimento interno para terceiros e conselheiros questionarem a análise e, eventualmente levarem o caso ao Tribunal. Os casos que não forem questionados podem ser aprovados definitivamente. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão aprova projeto que obriga órgãos públicos a oferecer tecnologia assistiva para pessoas com deficiência

Poder Executivo | 07/11/2023 – 16h42min

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que obriga os órgãos públicos a garantir acessibilidade a todos os cidadãos oferecendo tecnologia assistiva ou profissionais habilitados em Libras e braile. O Projeto de Lei 708/23, do deputado Márcio Honaiser (PDT-MA), teve parecer favorável do relator, deputado André Figueiredo (PDT-CE). “A proposta contribui para a evolução do arcabouço legal que procura promover e proteger as pessoas com deficiência”, disse Figueiredo. A proposta aprovada altera o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O texto também inclui na lei a exigência de instruir e capacitar recursos humanos de empresas para melhorar a integração das pessoas com deficiência nos espaços de trabalho. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

STF faz chamamento público para projetos de inteligência artificial que automatizem resumos de processos

Poder Judiciário | 07/11/2023 – 20h07min

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou, na terça-feira (7), edital de chamamento público para conhecer protótipos de soluções de inteligência artificial que permitam resumir processos judiciais, preservando suas informações principais. Empresas e entidades públicas e privadas interessadas devem enviar proposta até 13/11. O desenvolvimento e a demonstração dos protótipos não acarretará qualquer ônus financeiro ao Tribunal. A IA generativa é um tipo de inteligência artificial que pode criar novos conteúdos, como textos, imagens, vídeos e músicas. Ela já está sendo usada em uma variedade de aplicações, por exemplo no marketing, para criar anúncios personalizados. Na Justiça, pode ser usada para criar assistentes virtuais jurídicos, minutas de peças processuais e sumários. Poderão participar do chamamento público pessoas jurídicas que comprovarem experiência prévia no desenvolvimento de projetos envolvendo a adoção de técnicas de inteligência artificial generativa. Cada interessado poderá apresentar uma única proposta de participação. Importante destacar que o desenvolvimento e a demonstração dos protótipos não geram nenhuma expectativa de contratação da solução apresentada. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Empresas e trabalhadores pedem a Lula sanção da desoneração da folha

Mercado | 07/11/2023

Entidades de trabalhadores e empresas de 17 setores intensivos em mão de obra assinaram um ofício para pedir ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a sanção do Projeto

de Lei 334/23, que prorroga a política de desoneração da folha de pagamentos até o fim de 2027. O projeto foi aprovado conclusivamente pelo Congresso Nacional em 25/10. E aguarda sanção presidencial. Como o governo federal foi contra a proposta, há preocupações com um possível veto. A política de desoneração da folha de pagamentos constitui na substituição da contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamentos por uma parcela do faturamento - entre 1% e 4%, a depender do setor. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Ceweb.br lança plataforma que reúne casos de uso de dados abertos

Poder Executivo | 08/11/2023

Lançada durante a décima edição do evento Abrelatam y Condatos, realizado no Uruguai, o Cordata é um catálogo que demonstra a importância dos dados abertos, utilizados para diversas finalidades, e através de diferentes formatos. Por meio dele, jornalistas, pesquisadores, acadêmicos, desenvolvedores, entre outros profissionais e entusiastas podem cadastrar casos de usos de dados abertos na plataforma do Centro de Estudos sobre Tecnologias Web (Ceweb.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). De acordo com Henrique Xavier, especialista em Projetos Web do Ceweb.br, o Cordata é uma ferramenta de uso pública: ao mesmo tempo em que se torna um espaço de divulgação de trabalhos, permite mostrar na prática as mais diversas aplicações e usos de dados abertos, reforçando a sua relevância. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Agência de telecomunicações reafirma seu compromisso com um setor sustentável

Poder Executivo | 07/11/2023 – 18h11min

O presidente da Anatel, Carlos Baigorri, reforçou o comprometimento do órgão regulador de telecomunicações com a implantação das práticas de sustentáveis relacionadas à Agenda ESG (sigla inglesa para meio ambiente, social e governança) no setor. A manifestação ocorreu no Painel Conectividade e Agenda ESG, realizado, na terça-feira (7) em Brasília, em comemoração do aniversário de 26 anos de criação da Anatel. O conselheiro diretor da Anatel da Alexandre Freire, líder dos trabalhos relacionados à Agenda ESG na Agência, afirmou que “não é possível discutir avanços no setor de telecomunicações desacompanhados de uma abordagem qualificada a respeito da Agenda ESG”. O conselheiro já manifestou que é possível atuar junto ao setor privado para determinação de obrigações de fazer pautadas pela Agenda ESG e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A realização dos ODS se correlaciona à promoção das práticas ESG. Com a aprovação do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC), em outubro, a Anatel está iniciando um Grupo de Trabalho para definir índices de desempenho e critérios para classificação e comparação entre as prestadoras de acordo com as ações realizadas quanto à Agenda ESG. A superintendente-executiva substituta da Anatel, Ana Beatriz, enfatizou a oportunidade para o órgão regulador desenvolver um indicador relacionado à conectividade significativa e habilidades digitais. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel e TSE se reúnem para tratar do combate à desinformação

Poder Executivo | 07/11/2023 – 17h41min

ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edilene Lôbo, recebeu na terça-feira, 7 de novembro, o presidente da Anatel, Carlos Baigorri, e o conselheiro Vicente Aquino em

audiência para tratar do combate à desinformação no período eleitoral ou fora dele. Durante a reunião, a ministra também reforçou a necessidade de encontrar formas, no meio digital, de garantir a equidade de gênero e a paridade de raças destacando que as mulheres são constantes vítimas de violências nas redes por meio de discurso difamatório e montagens de imagens. A ministra ainda lembrou a necessidade de digitalização dos sistemas judiciais do País com foco na intimação eletrônica para cumprimento de decisões judiciais. Na reunião, Baigorri informou sobre as diversas decisões judiciais a que a Anatel deu cumprimento nas eleições de 2022 com vistas à retirada e ao bloqueio, pelas operadoras de telecomunicações, de páginas da internet que continham algum tipo de violação legal ou eleitoral. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve preservar incentivos regionais

Poder Legislativo | 08/11/2023 – 14h48min

A reforma tributária é uma obra coletiva que vamos legar às futuras gerações. Mais do que um novo sistema de arrecadação que busca ser justo e eficiente, estamos construindo o ambiente no qual as relações econômicas, sociais e políticas se organizarão. Estamos estruturando, portanto, o futuro do desenvolvimento econômico e social da nação. O Brasil é um país grande, diversificado e de múltiplas vocações. Diferentes estágios de desenvolvimento convivem lado a lado em nosso território. Instrumentos e políticas de desenvolvimento regional foram adotados ao longo dos anos e têm sido capazes de acelerar o progresso econômico, aprimorando a produção local, promovendo a industrialização, desenvolvendo vocações e melhorando a vida das pessoas. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula fala em 'crise de arrecadação' e diz esperar aprovação da reforma tributária

Poder Legislativo | 08/11/2023 – 14h09min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse esperar que o Senado aprove na quarta-feira a reforma tributária. A proposta foi aprovada na terça-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, mas agora precisa ser referendada no plenário. "Eu espero que tenhamos a aprovação da reforma tributária hoje", disse o presidente durante evento no Palácio do Planalto, no qual assinou a ordem de serviço da duplicação da BR-423, no trecho de 43,1 quilômetros entre as cidades pernambucanas de São Caetano e Lajedo. Em seguida, Lula voltou a prometer que prefeitos e governadores não ficarão sem recursos, mesmo com a "crise de arrecadação" que afeta o país. "Mandamos um projeto de lei [para o Congresso] nessa crise de arrecadação que estamos tendo. Não vamos permitir que nenhum prefeito receba menos [recursos] do que recebeu em 2022. Também vamos repor [a receita] para que os governadores possam governar", afirmou. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Espinha dorsal da reforma tributária está mantida, afirma Alckmin

Poder Executivo | 08/11/2023 – 10h54min

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, comemorou na quarta-feira a "preservação da espinha dorsal" da reforma tributária durante votação da matéria no dia anterior na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A proposta precisa ser votada agora no plenário da Casa e, por isso, Alckmin defendeu que é importante evitar novas exceções ao chamado Imposto de Valor Agregado (IVA). O motivo da declaração é que, na terça-feira, o relator da reforma tributária, senador

Eduardo Braga (MDB-AM), decidiu abrir exceções para alguns segmentos específicos na cobrança desse tributo. As alterações beneficiaram bancos, taxistas, clubes de futebol e a indústria automotiva. "O presidente Lula e o governo têm compromisso com a questão fiscal, então o que se está procurando fazer é melhorar o sistema tributário, estamos extremamente otimistas com a reforma, que está indo bem. A espinha dorsal da reforma está mantida, claro que, quanto menos exceções, na preservação do IVA, melhor. Mas é um avanço significativo", disse Alckmin. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad aposta em aprovação da reforma e reforça 'neutralidade da carga tributária'

Poder Executivo | 08/11/2023 – 10h36min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reforçou na quarta-feira que acredita na aprovação da reforma tributária neste ano pelo Congresso e que "há compromisso do governo" de que o texto "tenha neutralidade da carga tributária". "A Emenda Constitucional, que será promulgada, se Deus quiser, neste ano pelo Congresso, terá uma transição suave", disse a quarta-feira no III Congresso Internacional de Direito do Seguro, realizado no Superior Tribunal de Justiça (STJ). "O Congresso tem dado passos muito importantes para concluir essa reforma." Ele lembrou, no entanto, que a "reforma tributária terá que ser regulamentada depois" por meio de leis complementares. Também disse que, sobre a neutralidade da reforma, isso não impede "de reparar decisões passadas sobre a base fiscal". Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator no Senado acatou 255 das 802 emendas ao texto da reforma tributária

Poder Executivo | 07/11/2023 – 19h54min

A reforma tributária aprovada na terça-feira (7), pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado teve menos de um terço das emendas apresentadas acatadas pelo relator, Eduardo Braga (MDB-AM). Ao todo, foram aceitas 255 (31,80%) das 802 propostas de emendas apresentadas ao texto-base da PEC 45/2019. A proposta foi aprovada por 20 votos a 6. A proposta será votada pelo plenário do Senado na quarta-feira (8). A primeira emenda foi apresentada logo no primeiro dia que começou a tramitar no Senado, 8 de agosto. Já no último dia, foram apresentadas 34 emendas, apenas 8 foram aprovadas. Entre as emendas acatadas está, por exemplo, a proposta do senador Efraim Filho (União-PB), que cria um teto para a alíquota dos impostos. O objetivo é que juntos, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), não ultrapassem 25%. Fonte: G1 Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira diz que faz 'todo o esforço' para Haddad cumprir déficit zero, e Reforma Tributária será promulgada em 2023

Poder Legislativo | 07/11/2023 – 15h32min

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na terça-feira que a Reforma Tributária será aprovada tanto no Senado quando na Câmara este ano. Segundo ele, o texto que já for consensual entre as duas Casas já pode ser promulgado ainda em 2023, para que fique apenas os pontos residuais para discussão. Com o texto promulgado, a reforma passa a valer. Lira também voltou a defender que o governo mantenha a meta de déficit zero no ano que vem e pontuou que o arcabouço fiscal já foi aprovado no Congresso considerando esses números. Ou seja, tudo que foi acordado se baseou nas premissas enviadas pelo próprio governo. — Não acho só que dá para votar, mas temos que votar a Reforma Tributária (este ano). A reforma, se Deus quiser, vai ser votada esta semana no Senado.

Aquilo que for comum já pode ser promulgado, e vamos nos debruçar apenas sobre o que foi alterado — afirmou. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Empresários afirmam que reforma tributária ameaça o futuro do setor de tecnologia

Mercado | 07/11/2023

Em uma reunião realizada com o secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, os líderes de entidades empresariais do setor de tecnologia manifestaram grande preocupação com a reforma tributária que, segundo interpretação da Federação Nacional das Empresas de Tecnologia da Informação – Fenainfo, prevê um aumento de impostos sobre os serviços de TI. Presidente da Fenainfo, Gerino Xavier questionou o projeto de nação que o governo quer para o Brasil. Ele afirmou que o setor de tecnologia é estratégico para o desenvolvimento econômico, social e científico do país, e que a sobretaxação vai inviabilizar a inclusão digital, a inovação e a competitividade nacional.

Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma Tributária: TI quer emenda igual a telecom para sonhar com regime especial

Mercado | 07/11/2023

Enquanto o setor de telecomunicações ainda avalia até onde será possível esticar o conceito de “estrutura compartilhada dos serviços”, as entidades representativas das empresas de tecnologia da informação ainda tentam garantir seu próprio espaço de negociação na reforma tributária. Abranet, Abes, Assespro, Brasscom e Fenainfo tentaram, mais uma vez, angariar senadores, agora na reta final da votação da PEC 45 no Senado, com uma reunião na terça, 7/11, em que a reforma tributária era discutida na Comissão de Constituição e Justiça. “A intenção do governo é aprovar hoje [7/11] na CCJ e amanhã no Plenário. E estamos apoiando uma emenda apresentada pelo senador Esperidião Amin (PP-SC), que prevê o regime diferenciado”, afirmou o diretor da Abranet Eduardo Parajo. Fonte:

Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Presidente da ANPD pede concurso para agência; divisão de fiscalização tem apenas 5 funcionários

Poder Executivo | 07/11/2023 – 20h23min

O diretor-presidente da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, pediu que o governo aprove concurso público para a agência, já que o órgão sofre com a limitação de pessoal, atrasando a análise dos casos como de vazamento de dados pessoais. Ele participou de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, na terça-feira (7), sobre vazamento de dados. Após três anos da criação da ANPD, ainda não houve concurso e, para formar quadro de pessoal, foram requisitados 120 servidores de outros órgãos. Contando com o pessoal da limpeza, secretariado, recepção e estagiários, a agência tem ao todo 152 funcionários. Porém, a divisão de fiscalização, por exemplo, tem apenas 5 funcionários, e a de tratamento de comunicados de incidentes de segurança, também apenas 5 pessoas. “O governo precisa olhar a ANPD e ver a necessidade de uma carreira própria, de um fortalecimento, de um concurso público, para que esta atividade que nós já fazemos, possamos fazer de forma mais repetitiva. Ou seja, não só uma sanção a cada mês,

mas 10, 20, tantas quantas forem necessárias, diante das demandas que nós recebemos”, afirmou Waldemar Gonçalves. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TCU determina ajustes no portal nacional de compras públicas

Poder Executivo | 07/10/2023

O Tribunal de Contas da União (TCU) fez acompanhamento da implementação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), previsto na Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC, Lei 14.133/2021). O PNCP é importante relevante instrumento de gestão, destinado a aprimorar a transparência na utilização dos recursos públicos, mediante a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela lei. Esse instrumento também possibilita a realização facultativa de contratações pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos. Sua gestão é feita pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas (CGRNCP), composto por representantes das esferas federal, estadual e municipal. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Haddad: Nós vamos aprovar neste ano a MP das Subvenções

Poder Executivo | 08/11/2023 – 13h51min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quarta-feira que as mudanças nas regras de tributação sobre subvenções para investimentos serão aprovadas ainda em 2023. Mas disse que não foi definido ainda cronograma ou nova data para reunião com líderes do Congresso para tratar do tema. “Nós vamos aprovar neste ano”, disse após reunião na residência oficial da presidência da Câmara dos Deputados para debater o assunto. Também estiveram presentes no encontro o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e líderes. “É um jabuti que nós vamos resolver em 2023.” Haddad afirmou que a reunião serviu para ouvir dos líderes as demandas de suas respectivas bases. “Tudo é uma construção”, disse. “São matérias difíceis, técnicas, complexas.” O ministro relatou que há preocupação, por exemplo, “com o passivo das empresas com a Receita Federal”. Segundo ele, as bancadas “tiraram muitas dúvidas” e “estão abertas”. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Divisão no governo gera ruídos sobre meta fiscal, mas déficit zero ainda pode cair de 2 formas

Poder Executivo | 08/11/2023 – 11h20min

A aprovação do parecer preliminar do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 na quarta-feira (7) pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional com meta fiscal de déficit zero no ano que vem deu mais tempo para o Ministério da Fazenda na batalha pelo equilíbrio das contas públicas, mas não é garantia de que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desistiu da ideia de flexibilizar o objetivo estabelecido. A LDO dá as bases para a formulação do Orçamento em questão e deveria ter sido votado pelo parlamento até julho, mas teve seu calendário alongado por conveniência política – o que, inclusive, forçou o Poder Legislativo a ter um recesso informal no meio do ano, com todos os prazos regimentais para proposições contando mesmo com a paralisação de atividades nas duas casas. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Líderes da Câmara devem se reunir na quarta com Haddad para discutir medida arrecadatória

Poder Executivo | 07/11/2023 – 20h07min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi convidado pelas lideranças da Câmara para discutir em reunião a proposta que altera a forma como grandes empresas usam as chamadas subvenções do ICMS, benefícios fiscais concedidos pelos Estados, para reduzir a base de cálculo do pagamento de impostos federais. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), que comanda o Colégio de Líderes, deve marcar o encontro entre os deputados e o chefe da equipe econômica para esta quarta-feira, 8, pela manhã. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão aprova projeto que regulamenta retirada de empresa do Simples Nacional

Poder Legislativo | 07/11/2023 – 17h12min

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que regulamenta a exclusão do Simples Nacional das micro e pequenas empresas com débito tributário. Nesse caso, o projeto prevê que: a empresa notificada pelo fisco poderá continuar no Simples Nacional até 31 de dezembro; a permanência no ano seguinte só será possível se os débitos foram pagos até janeiro. O texto altera o Estatuto da Micro e Pequena Empresa. Atualmente, essa norma permite a permanência no Simples mediante a regularização do débito em até 30 dias a partir da ciência da comunicação da exclusão. O texto aprovado foi o substitutivo do relator, deputado Jorge Goetten (PL-SC), ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 37/23, de autoria do deputado José Medeiros (PL-MT). Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad defende transparência e combate ao desperdício tributário como chave para desenvolvimento inclusivo

Poder Executivo | 07/11/2023 – 16h15min

Reequilibrar as contas públicas e impedir que os ajustes recaiam sobre os mais pobres. Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os eixos de desenvolvimento econômico sustentável do Brasil precisam contemplar e proteger as camadas mais vulneráveis da sociedade. Em discurso durante a sexta edição do Brazil Investment Forum (BIF), promovido pelo governo federal e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Brasília, Haddad enfatizou a importância de uma abordagem inclusiva nas políticas fiscais do país. Para o ministro, esta é a estratégia mais eficiente para garantir justiça social e colocar o Brasil de volta à trilha do desenvolvimento. Frente a uma audiência de investidores internacionais e nacionais, ele enfatizou a necessidade de reequilibrar as contas públicas brasileiras, destacando a urgência de eliminar o que ele chama de “desperdício tributário” — benefícios que diminuem a capacidade de arrecadação do Estado sem uma justificativa clara de retorno econômico. “O gasto tributário atingiu o patamar de mais de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) só no plano federal e mais 4% no plano subnacional. Todo mundo tem sensibilidade para saber quem tem capacidade contributiva e quem não tem. Atacar o desperdício tributário é essencial para reequilibrar as contas, para não fazer recair o ajuste sobre o ombro dos pobres como se fez ao longo dos últimos sete anos. Não podemos repetir esse erro”, enfatizou o ministro. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ENERGIA E PETRÓLEO

Lira defende projeto que cria fundo de R\$ 400 bilhões para financiar transição energética

Poder Legislativo | 07/11/2023 – 18h33min

Em busca de recursos para financiar projetos de transição energética, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer criar um fundo garantidor de R\$ 400 bilhões a R\$ 500 bilhões com precatórios e créditos tributários para permitir financiamento a juros baixos para projetos. Ele quer impulsionar o projeto de lei proposto pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que cria o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten). Os Estados Unidos pretendem destinar US\$ 479 bilhões para projetos em transição energética e a União Europeia, 375 bilhões. Somados, os recursos correspondem a 43% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. “Não temos de onde tirar publicamente os incentivos que competidores internacionais estão dando nesse ramo”, afirmou Lira. “A ideia é que se procurem alternativas para viabilizar as obras estruturantes para o Brasil, sem estar o tempo todo aumentando imposto ou sangrando a União.” Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira lança ‘PAC’ verde com fundo para financiar transição energética sem subsídios

Poder Legislativo | 07/11/2023 – 16h43min

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), “abraçou” a chamada “agenda verde” como uma das vitrines de seu segundo mandato no comando da Casa ao lançar na terça-feira, 7, um projeto que cria um fundo de aval para financiar a transição energética no País. Abastecido com precatórios e créditos tributários de impostos que as empresas têm para receber da União, o fundo seria uma alternativa aos subsídios e incentivos fiscais. A proposta encampada por Lira cria o Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN), uma alusão ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula. O projeto foi protocolado pelo seu aliado na Câmara, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) - que, devido a uma cirurgia de emergência, não pode comparecer à entrevista que Lira deu a um grupo de jornalistas econômicos na sua residência para apresentar os detalhes do projeto. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Relator da LDO quer inflar recursos para parlamentares e mudar fonte de fundo eleitoral

Poder Executivo | 08/11/2023 – 04h

O relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Danilo Forte (União-CE), só deve apresentar o parecer final da proposta na segunda quinzena deste mês, mas já sinalizou a intenção de inflar as chamadas emendas parlamentares ao criar uma nova modalidade para esses recursos. Além disso, ele pretende buscar uma fonte alternativa para o fundo eleitoral, que não sejam as emendas de bancada. A ideia seria reduzir ou mesmo retirar a previsão de que parte dos recursos do fundo eleitoral saiam das emendas de bancada -- o que, na prática, também aumentaria o montante das emendas parlamentares em 2024. Criado em 2017, o fundo eleitoral é um dinheiro público usado para o financiamento de campanhas durante as eleições. Segundo a lei eleitoral, o fundo é composto por um percentual de recursos da Justiça Eleitoral e por parte das emendas de bancada - que em ano eleitoral são reduzidas para abastecê-lo. Fonte: G1 Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Deputado do PT apresentará emendas para propor déficit de até 1% na LDO

Poder Legislativo | 07/11/2023 – 22h14min

Em meio às discussões sobre a alteração da meta fiscal, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou ao Valor que protocolará duas emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): uma com a mudança da meta para um déficit primário de 0,75% do Produto Interno Bruto (PIB) e outra de 1%. Os parlamentares têm até 16 de novembro para propor emendas individualmente ao projeto da LDO na Comissão Mista do Orçamento (CMO). “Segundo o [ex-secretário da Fazenda de São Paulo] Felipe Salto, um déficit de 0,5% exigirá contingenciamento de R\$ 40 bilhões logo no início do ano. Isso vai travar o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] e os programas sociais”, afirmou Farias. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo decidirá sobre meta fiscal até dia 16, diz relator da LDO

Poder Executivo | 07/11/2023 – 19h

O deputado federal e relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), Danilo Forte (União-CE), disse na 3ª feira (7.nov.2023) que o ministro da Casa Civil, Rui Costa, estabeleceu prazo até 16 de novembro para a apresentação de uma emenda para possivelmente mudar a meta fiscal de déficit zero. Deu a declaração a jornalistas depois de reunião com o ministro no Palácio do Planalto. “O governo está estudando a possibilidade da revisão da emenda para fazer a revisão da meta. Essa resposta depende do governo, deixei muito claro que essa iniciativa não é nossa. Nossa iniciativa é manter o projeto da forma que foi apresentado no contexto que foi votado, e ele [Rui Costa] pediu um prazo para que, até a próxima semana, seja apresentada ou não a emenda que vai refazer a previsão da meta”, afirmou. O deputado não definiu a expectativa de valores. Disse que a Casa Civil espera “anexos” que o Ministério da Fazenda deve apresentar para definir. Ainda não há consenso entre os integrantes do governo. Hoje, falam em mudar o déficit para 0,25% ou 0,50%. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Bolsonaro se posiciona contra reforma tributária, mas PL não fecha questãoR

Poder Legislativo | 08/11/2023 – 13h14min

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) se posicionou contra a reforma tributária que será votada na quarta-feira (8) no plenário do Senado. “De concreto, teremos o IVA mais caro do mundo. O Brasil não pode ter um ou outro Estado bem e os demais prejudicados. De nada vale um Estado produzir se os demais não puderem comprar. A economia não irá girar. Todos perderão”, postou ele em sua conta no X, antigo Twitter. Bolsonaro mandou uma indireta para parlamentares de seu campo ideológico que sinalizaram favoravelmente a matéria. “Alguns senadores, que se elegeram ou reelegeram, dizem que tiveram algumas de suas emendas acolhidas, e votarão com os comunistas, pois alegam que seu Estado não será afetado ou será menos prejudicado”, disse. Na noite de terça, Bolsonaro participou de um jantar com a bancada do PL no Senado e o presidente do partido, Valdemar Costa Neto, onde reforçou seus argumentos contrários à matéria. Apesar do posicionamento do ex-presidente, o PL decidiu não fechar questão contra a reforma tributária. Segundo o líder do partido no Senado, Carlos Portinho (RJ), mesmo sem essa definição, o partido se posicionará contrário à proposta. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reunião entre deputados e Haddad sobre MP das subvenções termina sem acordo

Poder Executivo | 08/11/2023 – 13h01min

A reunião entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e os líderes dos partidos da Casa para tentar fazer avançar a Medida Provisória (MP) das Subvenções a investimentos acabou sem acordo na quarta-feira. A proposta é uma das mais importantes do ajuste fiscal pretendido pelo governo. O ministro explicou o projeto na reunião e tentou convencer os deputados a instalarem a comissão mista para aprovar a MP, mas não conseguiu apoio de todos, segundo parlamentares presentes. Até deputados da oposição, como o líder do PL na Câmara, deputado Altineu Côrtes (RJ), foram chamados. O encontro começou às 10h e durou quase duas horas, mas se esvaziou quando o presidente da Câmara saiu dizendo que tinha um compromisso às 11h30 (ele não informou com quem era e sua assessoria não divulgou). Pouco tempo depois, os parlamentares foram deixando a reunião, que acabou sem nenhum acordo em torno do texto ou da tramitação. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

“Quem paga a conta é sempre o consumidor”, diz CNI sobre tributária

Poder Executivo | 07/10/2023 – 23h54min

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) disse em nota na 3ª feira (7.nov.2023) que defende uma reforma tributária “sem cumulatividade”, ou seja, sem excesso de impostos. Mais cedo, o texto da proposta (PEC 45 de 2019) foi aprovado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado. “Quem paga essa conta é sempre o consumidor”, afirmou a entidade. Segundo a confederação, as exceções incluídas nas últimas negociações do relator na Casa Alta, senador Eduardo Braga (MDB-AM), com os congressistas resultarão em um imposto mais alto para todos. A organização ainda defende que “esse excesso pesará, sobretudo, no bolso do brasileiro de menor renda”. Eis a [íntegra](#) do comunicado. Para a construção de um sistema tributário eficaz, de acordo com a CNI, “é preciso que o imposto seletivo não incida sobre insumos e que seja eliminado o novo tributo sobre bens primários e semielaborados, que vão onerar toda a cadeia produtiva”. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Placar na CCJ nos deixa confiantes para plenário, diz Braga

Poder Executivo | 07/11/2023 – 21h17min

O relator da reforma tributária no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), disse na 3ª feira (7.nov.2023) que o resultado da votação da proposta na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) dá “bastante confiança” para a aprovação da PEC (Proposta de Emenda a Constituição) no plenário da Casa Alta. “O resultado de hoje nos dá bastante confiança de que, no plenário, nós teremos número suficiente para aprovar a Emenda Constitucional”, afirmou o relator a jornalistas. A PEC foi aprovada na comissão por 20 votos a 6. A reforma deve ser votada em 2 turnos até 5ª feira (9.nov) no plenário. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma tributária: Braga diz que está à disposição de Lira e que ‘fatiamento’ depende de consenso

Poder Legislativo | 07/11/2023 – 19h37min

O relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), disse que pretende conversar com o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma na Câmara, ainda na terça, 7, para discutir as mudanças na proposta aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O texto vai agora ao plenário da Casa. Fonte: O

Líder do governo fala em terminar votação da tributária no Senado na quarta

Poder Legislativo | 07/11/2023 – 18h20min

Depois da aprovação da reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, o líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA), vê possibilidade de votar os dois turnos da Proposta de Emenda à Constituição na quarta-feira (8). O plenário deve começar a análise no início da tarde. “Se puder, vota os dois [turnos] amanhã”, disse Wagner. Segundo o líder, foi analisado começar a sessão do plenário às 10h para dedicar o dia à reforma, mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), preferiu começar as votações a partir das 14h. Na terça-feira (7), o plenário deve votar ainda um calendário especial para votar a PEC. Isso permitirá que os senadores ignorem as regras de que uma PEC deve ser analisada por 5 sessões antes de ser votada em 1º turno e mais 3 sessões em 2º turno. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Câmara aprova urgência para projetos sobre incentivo fiscal ao Nordeste e regularização de tributos

Poder Executivo | 07/11/2023 – 18h14min

A Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para dois projetos de lei. Confira: - [PL 4416/21](#), do deputado Júlio Cesar (PSD-PI), que prorroga de 2023 até 2028 incentivos fiscais para empresas situadas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); e - PL 4287/23, do Senado, que disciplina a autorregularização incentivada de tributos administrados pela Receita Federal. Os projetos poderão ser votados nas próximas sessões do Plenário. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma Tributária: 'Aprovamos a proposta possível', afirma Eduardo Braga

Poder Legislativo | 07/11/2023 – 17h45min

'Aprovamos a reforma possível', declarou o senador Eduardo Braga (MDB-AM), após a votação do relatório da Reforma Tributária, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na terça-feira (7). Para o parlamentar, a aprovação da matéria é um marco na história da democracia brasileira. O texto está na pauta da sessão do Senado da quarta-feira (8). Assista à entrevista do senador após a votação na CCJ. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

BIF 2023: abertura do maior fórum de investimentos da América Latina destaca cenário oportuno para que estrangeiros invistam no Brasil

Mercado | 08/11/2023

Começou na terça-feira (7), em Brasília, a 6ª edição do maior fórum de investimentos da América Latina – o Brasil Investment Forum (BIF). Durante a cerimônia de abertura, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ministros e outras autoridades, discursaram sobre o momento oportuno para que investidores estrangeiros aportem recursos no Brasil. Realizado em parceria entre Governo Federal, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

(ApexBrasil), o evento, que reúne autoridades, empresários e investidores, tem o objetivo de apresentar e debater as oportunidades para investimentos estrangeiros no país. Pela primeira vez, o BIF está acontecendo em Brasília, no Palácio Itamaraty. Ao longo de dois dias, painéis temáticos destacarão a diversidade de iniciativas que podem atrair investimentos para o Brasil, como transição energética, desenvolvimento sustentável, inovação e tecnologia, agronegócio e negócios de impacto. Fonte: ApexBrasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Temos que intensificar a integração sul-americana, diz Haddad

Poder Executivo | 07/11/2023 – 16h57min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na 3ª feira (7.nov.2023) que o Brasil precisa intensificar as políticas de integração econômica entre os países da América do Sul. Para o ministro, essa é uma estratégia indispensável para fortalecer o continente economicamente. Haddad disse que essa integração foi deixada de lado nos últimos anos. Ele afirmou que uma das motivações do distanciamento foi a situação grave econômica de alguns países do continente. As declarações foram dadas em participação no 6º Fórum Brasil de Investimentos, organizado pela Apex Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), em Brasília. Entretanto, o ministro da Fazenda disse que esse agravamento pode ser combatido com mais parcerias entre as nações sul-americanas. Ele afirmou que o continente deve se unir para criar um ambiente próspero para acordos comerciais e deu como exemplo de iniciativa flexibilizar as fronteiras. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br